

## Infraestruturas de baixo valor subtraído?

Analisados os resultados apresentados no Relatório IEVA – Investimento em Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado, manifestamos grande preocupação pelo facto de o distrito de Beja não ter prioridade de intervenção. Preocupação ainda maior quando não há referências ao IP2 nem ao IC27, o IP8 fica reduzido a uma via sem qualquer importância estratégica – aliás o Baixo Alentejo nem existe enquanto possível corredor estratégico intermodal - as ligações internacionais não têm qualquer relevância. Uma das poucas referências ao IP8 diz que “é expectável que com esta requalificação se verifique um aumento ligeiro da atratividade regional ao investimento e uma diminuição da sinistralidade na região”. Ou seja, não é dada qualquer importância às ligações com o Porto de Sines, nem com o Aeroporto de Beja, nem com Espanha. Nada do que tem sido considerado como estruturante ou projeto estratégico para a região surge como prioritário ou relevante neste relatório.

Em traços gerais é isto que o documento define. Numa região com uma economia baseada na agricultura e no regadio, estas vias de comunicação são de grande importância para a promoção do desenvolvimento económico-social da região, reforçando a eficácia dos três projetos estruturais que são o Porto de Sines, o Aeroporto de Beja e Alqueva, cuja potenciação requer a dinamização de uma rede de serviços e estruturas de ligação entre as atividades económicas e as infraestruturas de mobilidade territorial. Sem esta interligação continuamos a ter graves condicionalismos ao desenvolvimento regional e à promoção da coesão social e territorial, refletida em domínios tão importantes como a indústria, o comércio e o turismo, entre outros. Não se pode promover o desenvolvimento regional e a atratividade, sem as condições necessárias. Queremos medidas de reforço da economia, criação de empresas e de energias indutoras de crescimento, e não o contrario.

No sumário executivo do documento pode-se ler “o objetivo deste trabalho constituiu em definir um conjunto prioritário de projetos e recomendações que, nos próximos sete anos, contribuam para potenciar a competitividade da economia nacional e do tecido empresarial, sem negligenciar a coesão territorial.”. Não podemos compreender como é que não se pretende negligenciar a coesão territorial se todos os investimentos prioritários da nossa região, são completamente esquecidos ou relegados para o futuro.

Por tudo o que este relatório conclui e indica, **A CIMBAL, o NERBE e a ERT**, só podem tomar uma posição: a de repúdio. Porque trabalhamos para um território de excelência, empreendedor e produtivo, capaz de atrair investimento, capaz de atrair pessoas e emprego. E sem o investimento nos projetos estruturantes e estratégicos que existem, toda a dinâmica que estamos a criar fica seriamente condicionada.

Beja, fevereiro 2014

**O Presidente da CIMBAL, João Manuel Rocha da Silva**

**O Presidente do NERBE/AEBAL, Filipe Pombeiro**

**O Presidente da Turismo Alentejo, António Ceia da Silva**